

# Samora e a «crise» portuguesa

João Mendes

**D**ESLUMBRAMENTO infantil, ódio mortal, simpatia calculada — a retórica das reacções portuguesas à visita de Estado que o presidente moçambicano concluiu quarta-feira em Lisboa extremou as diferenças de pontos de vista sem que essa polarização pudesse representar mais do que um conjunto de exercícios de estilo.

Para os que viveram esta visita como um fenómeno político positivo, a passagem de Samora Machel pela capital portuguesa deixará sem dúvida travos contraditórios: por um lado, esta visita tem como que oito anos de atraso; o discurso de Samora em Lisboa «sabia a 1975» e testemunhou a vontade de reencontro entre ex-colonizados e ex-colonizadores libertos da canga odiosa que os ligava.

Por outro lado, nem Portugal nem Moçambique são os mesmos agora, em 1983 — e por não serem os mesmos não têm para dizer um ao outro o que poderiam ter então dito.

Os factos são irrecusáveis para além da espontaneidade das emoções de Machel e da empatia que desencadeia, e para além da vontade sóbria de Eanes de aparecer não só como um bom anfitrião, mas sobretudo como um presidente que deseja o reforço dos laços com as novas nações africanas de expressão portuguesa. E os factos apontam para a fundamental incapacidade de Portugal, apesar das declarações de intenção, vir a assumir o lugar investidor que lhe permitisse multiplicar as cooperações, e mesmo os simples negócios na perspectiva do interesse recíproco que o poder de Maputo declara querer ver acentuada.

O Portugal de 1983 não é o país com que sonhavam os mais liberais dos caetanistas há dez anos: sem império, mas próspero entre os «remediados do Ocidente». E também não é o país independente e harmoniosamente desenvolvido com que sonhava em 1974 a maioria dos militares de Abril.

O Portugal de 1983 é, pelo contrário, um país estrangulado pelo FMI, proibido de se desenvolver e sem dinheiro para pagar os juros das suas dívidas. E é, também, um país habitado por uma população que aprendeu à sua custa a desconfiar do poder falador, do poder prometedor e eleiçozeiro. O desencanto instala-se pesadamente quando as sucessivas promessas de salvação se traduzem em restrições sempre maiores. O Portu-

gal de 1983 é um país massacrado pela aparente impossibilidade da recuperação económica numa óptica de independência nacional, e dominado pela transpartidária ideologia de crise: a permanente invocação da «Crise» justifica todas as renúncias, alarga o poder dos que mostram cada vez mais árvores e cada vez menos floresta, leva a maioria a aceitar a cada vez mais esmagadora dependência do país face a emprestadores estrangeiros.

Por tudo isto, Portugal não está em condições de discutir com outros «parceiros ocidentais» a liderança dos programas de cooperação com os novos países de expressão portuguesa. Por tudo isto, a digressão europeia de Samora Machel poderá não ter tido em Lisboa o seu ponto mais alto — apesar de Lisboa ter provavelmente sido o lugar eleito para o mais tocante dispêndio de emoções.

Samora Machel contava sem dúvida com Lisboa, apesar de não poder desconhecer o fundamental da situação portuguesa. Contava sem dúvida com um esforço mobilizador que garantisse uma perspectiva de futuro, e que não se limitasse aos — decerto interessantes — dividendos políticos que esta visita lhe pagará. Machel é, em 1983, o homem do não-alinhamento mais do que um alinhado, da abertura ao exterior, mais do que da política de blocos. E o modo como está a ser recebido nas diferentes capitais europeias poderá ajudar a reforçar essa sua imagem actual.

Para além desse objectivo político, porém, Maputo sabe que a cooperação portuguesa poderia permitir ao Estado moçambicano uma considerável economia de divisas — porque é mais barata do que outras e porventura tão eficaz como elas.

Na realidade, a incapacidade portuguesa para se assumir como interlocutor de Moçambique nesta matéria parece ter mesmo acabado por esvaziar o conteúdo da aproximação esboçada entre a Fretila e o PS de Mário Soares. Separado das suas desejadas consequências materiais, terá esse esboço de desanuvamento político quaisquer efeitos específicos no futuro próximo?

O «Não», desculpa por impossibilidades conjunturais, que o Governo do PS e do PSD terá acabado por dizer a Samora Machel, revela em toda a sua dimensão a paralisia e o asfixiamento a que Portugal está dolorosamente submetido.